



PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE – PNPSB

PNUD BRA/08/012 - CONTRATO 2010/000952-00
TDR Nº 134601

Produto 3: Relatório técnico de avaliação do acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares às políticas públicas de DAP, REB e PNAE no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade de 2009 e 2010.

Laura Vasconcelos de Souza
Consultora

Brasília, abril/2011

Apoio:



Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Ministério do
Meio Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



COORDENAÇÃO NACIONAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR – SAF
DEPARTAMENTO DE GERAÇÃO DE RENDA E AGREGAÇÃO DE VALOR
Arnaldo Anacleto de Campos - Diretor
Luiz Carlos Rebelatto - Coordenador

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
Sérgio Paz Magalhães - Diretor

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR
DIRETORIA DE EXTRATIVISMO - DEX
Claudia Maria Calório - Diretora
Júlio César Gomes Pinho - Coordenador

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÃO - DIPAI
Silvio Isopo Porto – Diretor
Eduardo Soares – Assessor da Diretoria

EQUIPE TÉCNICA
MMA
Cláudia de Souza

MDA
Mônica Batista

MDS
Hétel dos Santos

CONAB
Humberto Pennacchio

SECRETARIA EXECUTIVA - PNPSB
Luciana Rocha – Consultor Nacional da Cadeia da Castanha-do-Brasil
Rejane Tavares – Consultora Nacional do Coco Babaçu
Laura Vasconcelos de Souza – Consultora Nacional – apoio à Coordenação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. CAPÍTULO 1 – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) e às políticas públicas (DAP, REB e PNAE).....	7
1.1 Introdução.....	7
1.2 Metodologia	8
1.3 Resultados.....	8
2. Emissão de DAP's e REB's	8
2.1 Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP	8
2.2 Relação de Extrativistas Beneficiários - REBs	9
<u>2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE</u>	10
2. CAPÍTULO 2 – Avaliação dos Resultados	12

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Extrativistas com DAP nos estados prioritários do Plano	9
Tabela 2 – Beneficiários de REB em UCs.....	10
Tabela 3: Projetos assinados com o MDA utilizando o PNAE como instrumento de promoção a acesso a mercados	11

SIGLAS

AC – Estado do Acre
AM – Estado do Amazonas
AP – Estado do Amapá
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CE – Estado do Ceará
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEX – Departamento de Extrativismo
DEGRAV – Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
ICMbio – Instituto Chico Mendes
MA – Estado do Maranhão
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MT – Estado do Mato Grosso
PCTAFs - Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PGPMbio – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PA – Estado do Pará
PI – Estado do Piauí
PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REB – Relação de Extrativistas Beneficiários
RESEX – Reserva Extrativista
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RJ – Estado do Rio de Janeiro
RO – Estado de Rondônia
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SP – Estado de São Paulo
TO – Estado do Tocantins

APRESENTAÇÃO

O presente documento é o terceiro relatório de um total de cinco da consultoria denominada Secretaria Executiva do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). Ele tem como objetivo apresentar uma avaliação dos resultados relacionados às ações do Plano Nacional por meio da atuação de seus ministérios¹ e CONAB² no fomento ao acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) às políticas públicas de apoio e de acesso a mercados entre os anos de 2009 e 2010.

As principais políticas de apoio analisadas neste documento são:

- ❖ Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);
- ❖ Relação de Extrativistas Beneficiários (REB).

Já a política relacionada a acesso a mercados está inserida nas atuações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A forma de apresentação das informações se encontra distribuída em dois capítulos. O primeiro denominado “Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) e as políticas públicas (DAP, REB e PNAE), onde se apresentará os principais resultados relacionadas às três políticas mencionadas.

O segundo capítulo “Avaliação dos Resultados” mostrará uma análise dos principais resultados obtidos com as ações desenvolvidas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no mesmo intervalo de tempo (2009 e 2010).

¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

² Companhia Nacional de Abastecimento

1. CAPÍTULO 1 – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) e às políticas públicas (DAP, REB e PNAE)

1.1 Introdução

O Plano Nacional de Promoção as Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) está estruturado sobre eixos de ação que se dividem em:

- ❖ Produção e Extrativismo Sustentável;
- ❖ Processos Industriais;
- ❖ Mercados Institucional e Diferenciados;
- ❖ Organizações Sociais e Produtivas;
- ❖ Serviços da Sociobiodiversidade.

O presente documento apresentará resultados relacionados ao eixo de ação denominado “Mercados Institucional e Diferenciados”, pois estará apresentando resultados relacionados ao trabalho dos ministérios para emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), da Relação de Extrativista Beneficiário (REB) e ao empenho dos entes governamentais na promoção da inserção dos alimentos produzidos e gerados pelos PCTAFs no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A *Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)* é o principal documento que permite o acesso dos PCTAFs às políticas públicas. Em 2009, duas instituições não governamentais foram cadastradas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) para emissão de DAPs, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Cada uma destas instituições recebeu um valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) destinados à capacitação e compra de equipamentos para emissão deste documento. Além disso, órgãos governamentais e sindicatos também podem emitir o documento e facilitar o acesso dos PCTAFs a estas políticas.

A *Relação de Extrativistas Beneficiários (REB)* foi publicada pela portaria Nº 62 de 27 de novembro de 2009. De acordo com o seu Art 1º, se institui a REB, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A REB busca constituir um banco de identificação dos extrativistas de determinada Unidade de Conservação de Uso Sustentável³ visando possibilitar aos relacionados o acesso às políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares.

Já o *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)* tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.⁴

³ Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Floresta Nacional (FLONA).

⁴ Site: www.fnde.gov.br

Com a isso, as informações sistematizadas e analisadas contidas neste relatório buscam subsidiar a coordenação do PNPSB com informações técnicas para a definição de estratégias de atuação que possibilitem a inclusão produtiva dos Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares – PCTAFs, englobando o aumento significativo de renda e gerando impacto socioambiental e econômico positivo.

1.2 Metodologia

As ferramentas utilizadas na sistematização e análise das atividades desenvolvidas entre 2009 e 2010 para elaboração deste Produto foram:

- Levantamento e análise de documentos relacionados às atividades de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade;
- Sistematização das informações.

O levantamento e análise de documentos tiveram como base de informação os documentos e relatórios gerados pela equipe técnica do PNPSB, pelos ministérios (coordenação geral de monitoramento e coordenação de apoio à comercialização do MDA)⁵ e pelos parceiros ministeriais (Instituto Chico Mendes - ICMbio).

O momento posterior de sistematização ocorreu em escritório no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

1.3 Resultados

Durante os anos de 2009 e 2010 o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade obteve os seguintes resultados relacionados às políticas públicas de DAP, REB e PNAE.

2. Emissão de DAP's e REB's

2.1 Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP

Em 2009, duas instituições não governamentais foram cadastradas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) para emissão de DAPs, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Em 2010, o MIQCB recebeu o recurso e já capacitou sua equipe para emissões de DAPs nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins . Foi solicitado para a instituição, via email e telefone, um relatório sobre a situação das emissões e a quantidade de declarações emitidas, porém até o momento não foi enviada nenhuma informação sobre o assunto. Já o

⁵ Relacionado a emissão de DAP e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

CNS, recebeu o recurso em março de 2011 e iniciou as capacitações e compra de equipamentos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 4.367.902 (quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil e novecentos e dois) agricultores familiares no Brasil. O MDA possui em seu banco de dados 2.750.056 (dois milhões, setecentos e cinqüenta mil e cinqüenta e seis) Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) de agricultores familiares válidas. Dentro desse universo foram identificadas 34.652 (trinta e quatro mil, seiscentos e cinqüenta e duas) DAP's extrativistas localizadas em todo o território nacional. Dentre os estados contemplados pelo Plano Nacional (AC, AM, AP, RO, MT, PA, CE, MA, PI, TO), foram identificadas 31.930 (trinta e um mil, novecentos e trinta) DAPs como mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Extrativistas com DAP nos estados prioritários do Plano

	2009	2010	Diferença entre 2009 e 2010
AC	1.019	2.810	1.791
AM	2.178	2.697	519
AP	1.346	1.336	-10
CE	884	177	-707
MA	2.779	8.188	5.409
MT	89	109	20
PA	6.780	15.849	9.069
PI	729	278	-451
RO	250	335	85
TO	63	151	88
Total	16.117	31.930	15.813

Fonte: MDA/SAF/Banco de Dados DAP

Pela Tabela 1, pode-se observar que entre 2009 e 2010 houve um crescimento de 98,11% (15.813) no número de beneficiários extrativistas com DAP nos estados prioritários. Em alguns estados, houve um crescimento significativo nas emissões, tais como o Acre (175,76%), o Maranhão (194,63%) e Pará (133,76%). Em outros estados, como o Amapá, Ceará e Piauí, observar-se um valor negativo na diferença das emissões realizadas entre os dois anos, o que pode significar a expiração da declaração ou o seu cancelamento pelos órgãos responsáveis.

2.2 Relação de Extrativistas Beneficiários - REBs

Em 2009 foi criada a Relação de Extrativistas Beneficiários com o foco nos extrativistas localizados dentro das Unidades de Conservação de Uso Sustentável (RESEX, FLONA, RDS).

A última relação disponibilizada pelo ICMBio apresenta que 487 extrativistas possuem REB, ratificando o último relatório (Produto 2) que apresentava o número de 1.150. O Instituto Chico Mendes (ICMBio) possui uma relação de 7 FLONAS e 14 RESEX que não são reconhecidas pelo INCRA, e, por isso, são o foco da política de REB. Estas UCs estão

distribuídas em vários estados. Aquelas que estão distribuídas nos estados prioritários do Plano Nacional estão sistematizadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Beneficiários de REB em UCs.

Categoria da UC	Nome da UC	UF	Nº de Famílias	Beneficiários - REB
FLONA	Pau Rosa	AM	175	-
	Jatuarana	AM	4	-
	Crepori	PA	2	-
	Caxianã	PA	62	-
	Jamari	RO	1	3
	Jacundá	RO	7	-
	Amapá	AM	4	3
RESEX	Mata Grande	MA	250	-
	Ciriaco	MA	1.250	191
	Riozinho do Afrísio	PA	57	21
	Caeté - Taperaçu	PA	2.000	-
	Renascer	PA	583	-
	Extremo Norte do Tocantins	TO	275	221
Total			4.670	487

Fonte: ICMBio/MDA (dez10)

Segundo a Tabela 2, pode-se observar que o universo de extrativistas atendidos pela política chegou a apenas 10,42% do público estimado pelo ICMBio. Além disso, foi feito pela Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB) um levantamento que demonstra que nenhum beneficiário com REB acessou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em relação à PGPMbio, não foi possível fazer este levantamento.

2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)* é executado pelo MDA em parceria com o MMA através dos projetos NUTRE. Estes projetos têm como objetivo prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) junto a Associações e Cooperativas de Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar visando à comercialização de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Está dividido em duas frentes de atuação:

1. Junto às organizações da agricultura familiar, capacitando para a venda;
2. Junto aos gestores da alimentação escolar nos grandes municípios selecionados, sensibilizando para a compra.

Em 2009, foi iniciado o Projeto Nutre Nordeste com atuação em 9 estados (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA) e 15 municípios da região nordeste. Este projeto está em execução por meio da organização não governamental AGENDHA. Esta instituição foi a primeira a desenvolver ações de apoio à implementação do art 14 da lei 11.947/2009 (atendimento da alimentação escolar). Por meio deste projeto, já foram inseridos alguns produtos da sociobiodiversidade nas chamadas públicas, como: polpas de cajá, bacuri e cupuaçu.

Em 2010, outros projetos NUTRE foram criados, como:

- ❖ Projeto NUTRE Pará;
- ❖ Projeto NUTRE São Paulo;
- ❖ Projeto NUTRE Minas Gerais;
- ❖ Projeto NUTRE Rio de Janeiro.

A Tabela 3 apresenta informações mais detalhadas destes projetos.

Tabela 3: Projetos assinados com o MDA utilizando o PNAE como instrumento de promoção a acesso a mercados

Convênio	Instituição Executora	Abrangência	Valor (R\$)	Beneficiários	Situação
Projeto Nutre Nordeste	AGENDHA	9 estados com 15 grandes centros compradores ⁶	4.057.641,43	3.868 famílias	Em execução
Projeto Nutre Pará	Instituto Sócio Ambiental Floranativa (ISAF)	8 grandes cidades compradoras ⁷	1.925.000,00	1.500 famílias	Contratado, esperando liberação da 1 ^o parcela
Projeto Nutre São Paulo	Via Pública – Instituto para o desenvolvimento da gestão pública e das organizações de interesse público	6 grandes cidades compradoras ⁸	2.070.000,00	3.216 famílias	Contratado, esperando liberação da 1 ^o parcela
Projeto Nutre Minas Gerais	Centro Alternativo de Agroecologia do Norte de Minas (CAA)	8 grandes cidades compradoras ⁹	1.582.000,00	80 empreendimentos (associações e cooperativas)	Publicado no DOU, aguardando assinatura do contrato
Projeto Rio de Janeiro	CEDRO: Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda	9 grandes cidades compradoras ¹⁰	1.302.000,00	60 empreendimentos (associações e cooperativas)	Publicado no DOU, aguardando assinatura do contrato

Fonte:MDA/SAF/ DEGRAV

⁶ São Luiz, Terezina, Fortaleza, Natal e Panamirim, João Pessoa e Bayeaux, Recife, Olinda e Jaboatão, Maceió, Aracaju, Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas.

⁷ Ananindeua, Abaetetuba, Barcarena, Belém, Igarapé Mirim, Naituba, Moju e Santarém

⁸ São Paulo, Campinas, Sorocaba, São Bernardo do Campo, Carapicuíba, São Vicente

⁹ Belo Horizonte, Betim, Contagem, Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves e Uberaba

¹⁰ Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Belford Roxo, Magé, Petrópolis, Campo dos Goyatacases, Macaé

2. CAPÍTULO 2 – Avaliação dos Resultados

Os principais resultados alcançados pelas atividades desenvolvidas pelos ministérios no âmbito deste relatório foram:

- ❖ Crescimento de 98,11% de *Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs)* extrativistas de 2009 a 2010. Este resultado representa um aumento significativo deste documento entre os extrativistas e a possibilidade de acesso maior das políticas públicas por este público. Em relação às entidades extrativistas credenciadas (MIQCB e CNS), é necessário promover um monitoramento constante com elas, com o objetivo de manter a coordenação e equipe técnica informados sobre: número de DAPs emitidas, principais problemas enfrentados e soluções propostas. Sugiro um acompanhamento trimestral, com a elaboração de relatórios pela instituição para que este monitoramento seja realizado;
- ❖ A publicação da *Relação de Extrativistas Beneficiários (REBs)*, em 2009, possibilitou a 487 extrativistas o acesso às políticas públicas de apoio à comercialização e outras. Porém, a CONAB apresentou um levantamento que demonstra a inacessibilidade deste público ao PAA. A PGPMbio não conseguiu gerar o levantamento, porém acredita-se que também não tenha tido acesso. Este resultado pode estar relacionado à:
 - I. Falta de informação do público beneficiário a existência de políticas de apoio à comercialização;
 - II. Falta de organização local para acessar as políticas públicas;
 - III. Falta de divulgação dos benefícios relacionado à retirada do documento aos PCTAFs e sua relação com as políticas públicas.

É necessário, a realização de uma campanha de mobilização e informação dentro das Unidades de Conservação para o público beneficiário, sendo uma ação conjunto entre o MMA e o ICMBio com o objetivo de aumentar o número de beneficiários com REB, que até o momento é de apenas 10% do número de famílias estimado.

- ❖ Desde 2009 está sendo investido pelo governo federal um total de R\$ 10.936.642,43 (dez milhões, novecentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos) para o acesso dos PCTAFs ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A parceria do MDA com o MMA, por meio do PNPSB, criou o *Projeto Nutre* que atualmente é implantado na região nordeste, norte e sudeste. Estes projetos poderão beneficiar até 8.584 famílias e 14 empreendimentos. Será possível, a partir de julho de 2011, resultados do programa com o recorte para os produtos da sociobiodiversidade. Pois, está sendo realizado um diagnóstico pelas

instituições executoras que fornecerão informações de diversos tipos, tais como a relação dos produtos fornecidos às instituições de ensino e o público beneficiário. Este resultado será disponibilizado aos gestores públicos.